



OECOAMBIENTAL

origem

OESP

data

21/7/97

class.

38

A-3

A política florestal

O governo federal está disposto a colocar em prática uma política nacional de exploração de recursos florestais que garanta a exploração sustentada das florestas e traga benefícios econômicos para o País. Ambientalistas brasileiros e estrangeiros, além de políticos da Região Norte, apressaram-se em criticar o plano, que prevê

concessões válidas por cinco anos para a exploração de madeira em áreas determinadas da floresta amazônica. Para os defensores do verde, a biodiversidade estará ameaçada, pois as empresas devolverão a terra nua para a União, já que as árvores demoram 30 anos para atingir novo ciclo de corte. Para os políticos, legalizar a atividade extrativa significa aumentar o desemprego nos Estados que vivem em função das atividades das madeiras — muitas delas clandestinas, diga-se de passagem.

A nova política não está sendo corretamente entendida. Se o governo federal fizer valer todas as suas exigências para a concessão das áreas, os riscos apontados não existirão. Além disso, está mais do que na hora de substituir a imagem da floresta amazônica como santuário pela realidade de ser ela a terceira reserva de madeira do mundo. Não faz sentido desperdiçar recursos naturais renováveis avaliados em cerca de US\$ 300 bilhões e ficar de fora de um mercado que movimenta anualmente US\$ 20 bilhões. Pelo menos tal qual enunciada, a nova política florestal assenta no princípio da sustentabilidade e no mercado.

Nos próximos dias, o primeiro lote de mil hectares, de um total de 5 mil, será licitado. O Ibama estabeleceu sua política, tendo em conta as

As concessões para explorar madeira serão concedidas dentro das possibilidades de controle

possibilidades de controle e fiscalização. Quem vencer a licitação só poderá explorar a porcentagem e o tipo de cobertura vegetal determinados pelo instituto. Na parte restante dos 5 mil hectares, o vencedor da licitação deverá manter as condições necessárias para que a floresta seja preservada. Findos os cinco anos, a área não poderá continuar sendo

explorada; nela, a exploração só será novamente autorizada quando o ciclo de corte das árvores se completar.

Paralelamente a isso, o governo promete intensificar a fiscalização nas áreas conhecidas como de extração clandestina. Reunindo as empresas interessadas em legalizar sua atividade nos limites das florestas nacionais e impedindo a exploração ilegal, o governo espera criar no mercado madeireiro a chamada escassez relativa ou aparente e, dessa forma, recuperar o preço da madeira — aviltado nos últimos anos pelo excesso de oferta provocado pela exploração clandestina. A extração ilegal, sem nenhum critério ou controle, responsável por 80% da madeira retirada da floresta, já destruiu 8,4 milhões de hectares.

O Ibama fará nesses primeiros 5 mil hectares um projeto piloto e promete só ampliar a área se houver condições de controle e fiscalização para tanto. É nesse ponto que se torna necessária a participação de todas as esferas de governo para que a fiscalização seja eficaz.

É tempo de replanejar a atividade extrativa da madeira. O Brasil necessita de uma séria reorientação da produção florestal para garantir um tipo de exploração racional e sustentável, garantindo uma participação regular no mercado mundial.